

ANEXO

Minuta de requerimento

Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Sub-Região de Saúde de Bragança:

Nome completo . . . , natural de . . . , residente em . . . , com o telefone n.º . . . , portador(a) do bilhete de identidade n.º . . . , emitido pelo arquivo de identificação de . . . , possuindo como habilitações literárias . . . , vem requerer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao concurso interno de ingresso . . . , para a sede da Sub-Região de Saúde, para provimento de um lugar de telefonista, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º . . . , de . . . de . . . de . . .

Anexa os seguintes documentos: . . .

Pede deferimento.

(Data.)

(Assinatura.)

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

Despacho (extracto) n.º 24 522/2005 (2.^a série). — Por deliberação de 14 de Outubro de 2005 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte:

Balbina Maria Carvalho Fernandes, assessora principal de serviço social — autorizada a equiparação a bolsheiro no País, a tempo parcial, para a realização de mestrado em Sociologia da Infância, no período de 3 de Outubro de 2005 a 1 de Fevereiro de 2006.

10 de Novembro de 2005. — Pela Coordenadora, o Director de Serviços de Administração, *António L. Maciel Pires*.

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central)

Aviso n.º 10 770/2005 (2.^a série). — *Lista de classificação final do concurso externo para preenchimento de quatro lugares de auxiliar de acção médica do quadro de pessoal transitório do Hospital de São José.* — 1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 40.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final do concurso supra-identificado (aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 16, de 20 de Janeiro de 2003) foi homologada em 15 de Novembro de 2005 pelo director de serviços de Gestão de Recursos Humanos do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) e está afixada no placard do mesmo serviço, instalado no Hospital de São José, no edifício da Administração, sito na Rua de José António Serrano, Lisboa.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do mesmo diploma, da homologação cabe recurso administrativo para a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, a interpor no prazo de 10 dias úteis, e que deverá ser entregue, preferencialmente, no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, ou remetido por correio para a Rua de José António Serrano, 1150-199 Lisboa.

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Inácio Oliveira*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de Curry Cabral

Aviso n.º 10 771/2005 (2.^a série). — Devidamente homologada por despacho do vogal executivo deste Hospital de 7 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, torna-se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso para a categoria de enfermeiro, nível 1, da carreira de enfermagem, aberto pelo aviso n.º 1821/2005, de 23 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 38, rectificado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 49, de 10 de Março de 2005, após ter sido cumprido o estabelecido nos artigos 100.º e 101.º do CPA e obtida confirmação de cabimento orçamental da 12.^a Direcção-Geral do Orçamento:

	Classificação final
	— Valores
1.º Marta Alexandra Barreiro Palma Guerreiro	18,75
2.º Alexandre Santos de Oliveira	18,25

3.º Filipe Manuel Gonçalves Dias	17,20
4.º Vanda Raquel Medeiros Dias	16,50
5.º Marisa Pena Leocádio	16
6.º Dominique Suzana Monteiro Veiga Fernandes	15,55
7.º Ana Filipa dos Santos Piedade	15,50
8.º Sílvia Gonçalves Costa Carraca	15,20
9.º Isabel Maria Almeida da Fonseca	14,70
10.º Inês Margarida Viera Vicente (a)	14,55
11.º Ângela Cristina André Lopes	14,55
12.º Maria Cristina Rolo Reis Torgal	14,30
13.º Raquel Sofia Ribeiro Sampaio Lopes	14,15
14.º Suzete Maria Gomes Soares	14,10
15.º Ana Cristina Sousa Gouveia	13,90
16.º Marta Daniela Gomes da Costa Gonçalves (a)	13,80
17.º Filipe José Leite Sá Ribeiro	13,80
18.º Jorge Ribeiro Manso	13,75
19.º Tânia Rita Pimentel Ferreira (a) (b)	13,05
20.º Paula Cristina Gonçalves Sousa Almeida Carranca (a)	13,05
21.º Sandra Marinela Correia António	13,05
22.º Maria José Andrade Pereira	12,65
23.º América Clara Gonçalves Rodrigues Marques Pereira	12,55
24.º João Luís Soares Paulo	11,90
25.º Adriana Lopera Orta	11

Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o membro do Governo competente, nos termos do estabelecido no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, devendo o recurso ser apresentado no Serviço de Pessoal do Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, 1069-166 Lisboa.

(a) Menor idade, sendo atribuído duas milésimas (0,002).

(b) A cada grupo de candidatos empatados atribui-se uma décima de milésima (0,0001) por cada desempate efectuado.

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão da Gestão de Recursos Humanos, *Helena Cordeiro*.

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Deliberação n.º 1562/2005. — Foram autorizados os pedidos de equiparação a bolsheiro fora do País, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, aos seguintes internos:

António Carlos Rodrigues Borges, interno do internato complementar de pediatria médica — no período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2006, por deliberação do conselho de administração de 9 de Novembro de 2005.

Berta Bonet Ubierna, interna do internato complementar de cirurgia pediátrica — no período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2006, por deliberação do conselho de administração de 17 de Agosto de 2005.

Cláudia Margarida Santos Ferreira Freitas, interna do internato complementar de psiquiatria da infância e da adolescência — no período de 10 de Outubro a 31 de Dezembro de 2005, por deliberação do conselho de administração de 14 de Setembro de 2005, e alterado por deliberação do conselho de administração de 12 de Outubro de 2005.

João Paulo Vasconcelos da Fonseca Guerra, interno do internato complementar de psiquiatria da infância e da adolescência — no período de 1 de Setembro a 3 de Dezembro de 2005, por deliberação do conselho de administração de 17 de Agosto de 2005.

José Sizenando Candal Ribeiro da Cunha, interno do internato complementar de pediatria médica — no período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2005, por deliberação do conselho de administração de 14 de Setembro de 2005.

Mónica Isabel Recaman Miguez, interna do internato complementar de cirurgia pediátrica — no período de 1 a 30 de Novembro de 2005, por deliberação do conselho de administração de 26 de Outubro de 2005.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Augusto Paul*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso n.º 10 772/2005 (2.^a série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e para conhecimento dos interessados, faz-se pública a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para enfermeiro especialista, área de enfermagem de saúde materna e obstétrica, aberto

por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 11 de Outubro de 2005:

Candidatos admitidos:

Elina Paulos Ribeiro Brito Nunes.
Elsa Inês Esteves Silva Maia.
Maria Otília Moutinho Gralha.

25 de Agosto de 2005. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão

Aviso n.º 10 773/2005 (2.ª série). — Faz-se público que, relativamente ao concurso interno geral de ingresso para provimento de 18 lugares na categoria de enfermeiro, nível 1, aberto através do aviso n.º 11 446/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, são abatidos à lista de classificação final, publicada através do aviso n.º 7217/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2005, os candidatos classificados em 1.º, 2.º, 5.º, 8.º, 10.º, 11.º, 16.º e 19.º lugares abaixo indicados, por terem manifestado formalmente interesse em não ocupar nenhuma das vagas postas a concurso:

Susana Isabel Capeta dos Santos Salgado.
Francisco José Rosa Vilar.
Fernanda Manuela Loureiro.
Maria Isabel Lebre Guerreiro de Oliveira.
Márcio Rodrigo Machado Pires.
Teresa Margarida Santareno Pimenta.
Andreia Vital Espadinha.
Ana Cristina Cavaleiro Simões.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Ricardo Silva Santos*.

Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde

Aviso n.º 10 774/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do IGIF de 29 de Setembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto na carreira de especialista de informática, para provimento de 29 lugares na categoria de especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal deste Instituto, anexo à Portaria n.º 1042/93, de 18 de Outubro, sendo 28 lugares destinados a funcionários permanentes a este Instituto e 1 lugar destinado a funcionários de outros organismos.

2 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Aos lugares a prover correspondem funções de gestão e arquitectura de sistemas de informação, infra-estruturas tecnológicas e engenharia de *software*, conforme a Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento dos lugares, caducando com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 24/84, de 16 de Janeiro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, 6/96, de 31 de Janeiro, 204/98, de 11 de Julho, e 97/2001, de 26 de Março, Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

6 — Local de trabalho — na sede do Instituto, Avenida da República, 61, 1069-032 Lisboa.

7 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, reúnam cumulativamente os requisitos referidos nos artigos 29.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e se encontrem nas condições indicadas no n.º 1 do artigo 4.º e no n.º 3, alínea *a)*, do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001.

8 — Métodos de selecção a utilizar, com carácter eliminatório — avaliação curricular e prova de conhecimentos específicos.

8.1 — A prova de conhecimentos será elaborada de acordo com o despacho conjunto n.º 649/2003, da directora-geral da Administração Pública e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 14 de Junho de 2003, revestirá a forma escrita, terá a duração de uma hora, com

trinta minutos de tolerância, e incidirá sobre os seguintes temas e matérias:

- Arquitectura e planeamento de sistemas de informação;
- Gestão de projectos informáticos;
- Sistemas de gestão de bases de dados;
- Infra-estruturas, telecomunicações e redes de comunicações;
- Segurança de sistemas, de dados e de redes de comunicações.

8.2 — Para a realização da prova de conhecimentos aconselham-se, a título indicativo, as fontes de informação referidas em anexo.

8.3 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando-se a habilitação académica de base, a experiência profissional, a formação profissional e a classificação de serviço dos últimos quatro anos.

8.4 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — Sistema de classificação — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado o obtido da aplicação do estabelecido no n.º 8.

10 — Em caso de igualdade de classificação, constituem factores de preferência os referidos no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, Avenida da República, 61, 1069-032 Lisboa, dele devendo constar:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal telefone e número fiscal de contribuinte);
- Habilitações literárias;
- Categoria profissional, natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço onde o requerente exerce funções;
- Identificação do concurso, especificando o número, a data e a página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do mesmo.

11.1 — Os documentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado;
- Certificado das habilitações literárias ou sua fotocópia;
- Documento comprovativo das habilitações profissionais (cursos de formação) ou sua fotocópia;
- Documento, emitido pelo serviço ou organismo de origem, donde constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria que detém, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e ainda a menção das classificações de serviço dos últimos quatro anos.

12 — As falsas declarações são puníveis por lei.

13 — O júri pode exigir a apresentação de qualquer outra documentação comprovativa das declarações dos candidatos.

14 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final serão divulgadas em função do estabelecido no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciado Sílvio Martins Baltazar, director de serviços.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria do Carmo Clemente P. Palma Borralho, especialista de informática do grau 3, nível 1.
Licenciada Ana Maria Oliveira dos Santos Varela Pinto, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Júlia Almeida Carvalho, especialista de informática do grau 3, nível 2.
Licenciada Maria de Lurdes Celorico da Silva Cidade, chefe de divisão.